

Menem se despede do Senado

Presidente da Argentina, que está encerrando seu mandato, entregou ao senador Antonio Carlos Magalhães a Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Maio, conferida em homenagem póstuma ao deputado Luís Eduardo Magalhães

Em solenidade no Salão Negro do Senado, Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem de Carlos Menem a comenda conferida pelo governo da Argentina ao deputado Luís Eduardo Magalhães. Menem lembrou que o deputado foi "um defensor entusiasmado da integração latino-americana"



PÁGINA 3



Moisés (E) esteve na subcomissão presidida por Fogaça, que tem como relator Francelino Pereira



**Concluídos
relatórios sobre
Encol e venda
de dólares**

PÁGINA 4

CINEMA NACIONAL VAI RECEBER NOVOS ESTÍMULOS

O secretário para o Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés, anunciou a elaboração de uma proposta de incentivo ao cinema nacional. Ele falou ontem à Subcomissão do Cinema Brasileiro.

PÁGINA 5

Plenário apreciou nove matérias na semana

Acordos com a Argentina e convenção para proteção de tartarugas marinhas estão entre os projetos aprovados nesta semana, em duas sessões deliberativas

PÁGINA 2

Das nove matérias votadas pelo plenário, oito foram aprovadas e uma enviada ao arquivo



Plenário apreciou nove matérias nesta semana

No mesmo período, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou três matérias. Uma delas, acolhida em caráter terminativo, estabelece segredo de Justiça para processos penais relativos a crimes sexuais

Apesar de ter realizado nesta semana apenas duas sessões deliberativas, em razão do feriado nacional, o Senado apreciou no período nove matérias. Uma foi arquivada. Três acordos com o governo da Argentina e a Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, assinada em Caracas, foram aprovados.

O plenário também aprovou acordo com a República Tcheca sobre trabalho de dependentes de pessoal diplomático, e outro, de cooperação na área de turismo, com a Guiné-Bissau.

Por ter sido emendado no Senado, foi enviado à Câmara dos Deputados, onde teve origem, projeto autorizando o governo federal a reverter imóvel em favor da Sociedade Japonesa de Santos (SP).

Os senadores decidiram também apro-

Matérias apreciadas pelo Senado	
(de 11 a 14 de outubro de 1999)	
Projetos aprovados e enviados a promulgação	7
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Total de matérias aprovadas	8
Propostas enviadas ao arquivo	1
Total de matérias apreciadas	9

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

var projeto de resolução estabelecendo normas para transferir a gestão do pecúlio dos servidores da Casa para seus participantes.

Em outra deliberação tomada durante a semana, foi solicitado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(CCJ) que opine sobre projeto obrigando as empresas a manterem serviços especializados em segurança e medicina do trabalho, antes da votação final da matéria em plenário.

COMISSÕES

Ainda nesta semana, a CCJ aprovou,

em caráter terminativo, projeto determinando que os processos penais relativos a crimes sexuais deverão correr sob segredo de Justiça, para evitar o constrangimento a que estão sujeitos vítimas e acusados inocentados. Caso nenhum senador interponha recurso no prazo de cinco sessões, a matéria será dada como aprovada, e remetida ao exame da Câmara.

A comissão havia dado parecer favorável ao projeto sobre pecúlio dos servidores na quarta-feira. Na mesma reunião, aprovou-se a instituição da "queixa constitucional", mecanismo pelo qual a constitucionalidade de lei em tramitação no Congresso Nacional poderá ser argüida junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), por qualquer cidadão.

Eduardo Siqueira Campos espera do governo uma agenda positiva

A formulação de uma agenda positiva para o país foi sugerida pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) como forma de ajudar o governo a recuperar a credibilidade e a liderança, "perigosamente abaladas pelos descaminhos que vêm ameaçando o futuro da nação". Segundo o senador, somente uma agenda positiva poderá abrir o caminho da superação das crises e da retomada de um novo projeto de desenvolvimento com justiça social. O senador disse estar preocupado com o processo de descontentamento generalizado que se agrava no país.

Ele entende que esse processo é resultante da pouca capacidade que governo e oposição têm de gerar uma agenda capaz de ditar rumos para o país e dos interesses populistas que, sem apresentar soluções, procuram insuflar o descontentamento popular e criar o ambiente propício ao confronto e à convulsão social.

– Refiro-me não só a movimentos espúrios freqüentemente levados às ruas, onde se misturam causas legítimas com interesses escusos de ordem ideológica, mas também ao festival de denúncias, que, mais do que à verdade e à transparência, buscam desmoralizar as instituições e os que legitimamente as representam.



Eduardo: "Ameaça ao futuro da nação"

Acordos estreitam laços entre o Brasil e a Argentina

O plenário do Senado aprovou ontem três projetos de decreto legislativo que estabelecem acordos entre o Brasil e a Argentina. Um dos projetos aprova o texto do Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja (RS)-São Tomé, celebrado em Brasília, em 1997, e os outros dois projetos tratam da integração cultural e da isenção de vistos entre os dois países.

O acordo sobre a fronteira São Borja-São Tomé estabelece regras para o controle de ingresso e saída de pessoas, mercadorias e meios de transporte e para a prestação de serviços públicos e privados entre os dois países, segundo o texto assinado em novembro de 1997. O acordo prevê também regras para a contratação de trabalhadores argentinos e brasileiros e o

pagamento de contribuições previdenciárias, tributos e taxas, que poderão ser efetuados nas agências dos bancos brasileiros e argentinos localizados no Centro Unificado de Fronteira (CUF).

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a aprovação do acordo, afirmando que é uma reivindicação antiga do Rio Grande do Sul. A criação do CUF, acrescentou, é muito importante, pois unirá as regiões do Atlântico e do Pacífico, permitindo, através da cidade de São Borja, a passagem pela Argentina até o Chile.

O acordo de integração cultural entre o Brasil e a Argentina, também aprovado pelo plenário, tem por objetivo estreitar o relacionamento entre os dois países, promovendo a cooperação e o intercâmbio entre as insti-

Pedro Simon: acordo facilita integração com Argentina e Chile, a partir de São Borja



tuições e agentes culturais de cada um. O acordo, assinado em novembro de 1997, inclui a difusão do idioma e das

expressões culturais dos dois países, a organização e a produção de atividades culturais conjuntas para promoção em outros países. Os dois acordos receberam parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS), aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O terceiro projeto de decreto legislativo aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos, celebrado entre o Brasil e a Argentina em dezembro de 1997. O acordo tem por objetivo facilitar ao máximo o crescente trânsito entre os dois países e, com isso, fortalecer as relações entre ambos. O relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional foi o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que deu parecer favorável.

Imóvel deve ser devolvido à comunidade japonesa

O Executivo está autorizado a reverter em favor da Sociedade Japonesa de Santos (SP) um imóvel localizado naquele município, conforme projeto de lei da Câmara aprovado ontem pelo plenário do Senado. O relator da matéria, que recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

De acordo com o senador, o imóvel, localizado na Rua Paraná, foi a sede

onde se instalaram os primeiros imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil. Com a deflagração da Segunda Guerra, o Japão tornou-se inimigo do Brasil, por ter se aliado à Alemanha e à Itália e, em consequência, os imigrantes perderam o imóvel, bem como todos os depósitos bancários, por meio de um decreto do então presidente Getúlio Vargas.

O objetivo do projeto, segundo Tuma, é devolver o imóvel à comuni-

dade japonesa, reparando os "danos e inconvenientes" causados pelo decreto de Vargas.

O plenário aprovou a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nº 169 e nº 502, de 1999, que propõem normas para estimular o primeiro emprego. As matérias serão encaminhadas à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para votação em caráter terminativo.



Conforme Romeu Tuma, projeto repara danos causados por decreto de Getúlio Vargas

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1999

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Menem faz homenagem póstuma a Luís Eduardo

Senador Antonio Carlos Magalhães se emociona ao receber Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Maio pelo filho. Presidente argentino resalta papel desempenhado pelo ex-deputado no processo de integração latino-americana

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, das mãos do presidente da Argentina, Carlos Menem, a Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Maio, conferida pelo governo daquele país, em caráter de homenagem póstuma, a seu filho, o deputado Luís Eduardo Magalhães.

A entrega da comenda ocorreu no Salão Negro do Senado, como parte da programação do presidente argentino, que veio se despedir do Brasil, pois deverá entregar o cargo ao seu sucessor em dezembro. Menem disse que o homenageado foi, "por herança familiar e por mérito próprio", fi-

gura destacada no exercício da política, e um defensor entusiasmado da integração latino-americana:

— É uma grande honra para mim entregar esta comenda, que expressa a estima do povo argentino pelo ex-deputado Luís Eduardo Magalhães. Eu já passei por transe igual, a perda de um filho, e compreendo sua dor. Sei que é difícil, mas vamos seguir juntos, pelo Brasil e pela Argentina — afirmou.

Emocionado, Antonio Carlos lembrou a importância do papel desempenhado por Luís Eduardo, no Brasil, e Menem, na Argentina, em favor das

reformas:

— Vossa Excelência tem sido um grande amigo do Brasil, dando ao nosso país inúmeras provas de apreço e respeito. A integração latino-americana se faz cada vez mais necessária, e temos a responsabilidade de levá-la adiante — disse.

A cerimônia foi assistida por parlamentares, pelos governadores da Bahia, César Borges, e de Sergipe, Albano Franco, pelo embaixador argentino em Brasília, Jorge Hugo Herreras Vegas, e pelo embaixador brasileiro em Buenos Aires, Sebastião Rêgo Barros.



Antonio Carlos lembrou a importância do papel desempenhado por Luís Eduardo, no Brasil, e Menem, na Argentina, em favor das reformas

Lúdio destaca boas relações entre países

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse que a visita do presidente Carlos Menem ao Brasil vem confirmar a importância do relacionamento entre os dois países. Lúdio lembrou que Menem, como presidente da Argentina, "sempre manteve um relacionamento de boa qualidade com nosso país".



Lúdio Coelho

Lúdio, que deixou este ano a presidência da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, ressaltou que as pequenas dificuldades surgidas nas relações comerciais entre os dois países têm sido superadas "graças à competência dos dois presidentes".

Ao lembrar as eleições presidenciais argentinas, na próxima sema-

na, Lúdio disse que a possibilidade de manter o bom relacionamento com o próximo presidente da Argentina é grande:

— O Mercosul, com o correr do tempo, vai se consolidando e é muito clara a conveniência do relacionamento entre os dois países. Nós temos mais ou menos o mesmo nível de desenvolvimento. Nossas relações são quase intuitivas — afirmou.

Comissão de Orçamento se reúne na terça para discutir sobre créditos

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se na terça-feira, às 18h, a fim de examinar e votar créditos especiais e orçamentários para o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e para a Justiça do Distrito Federal. Senadores e deputados também vão marcar audiência pública com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que falará sobre as receitas previstas na proposta orçamentária para o ano 2000 e sobre o projeto de lei que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000 a 2003.

Esses assuntos estavam na pauta da reunião de ontem mas foram adiados para a próxima terça-feira por falta de quorum, conforme anunciou o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). O primeiro item da pauta que será examinado pelos parlamentares é o relató-

rio referente ao novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, com pedido para autorização de execução dos créditos orçamentários da dotação já consignada no Orçamento deste ano.

O valor desses créditos é de R\$ 4,218 milhões. A construção da obra já passou por auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou várias irregularidades, como a utilização indevida de dotações orçamentárias, atraso na entrega de etapas da construção previstas no contrato, iniciação da obra sem a conclusão do projeto básico e início de investimento cuja execução ultrapassou um exercício financeiro sem prévia inclusão no Plano Plurianual do período de 1996 a 1999.

Devido a essas irregularidades, foi suspensa a execução orçamentária para a conclusão do prédio. O rela-

tor da matéria, deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), disse, em seu parecer, que, depois de analisar detidamente as justificativas apresentadas pelo TST sobre as irregularidades apontadas pelo TCU, decidiu opinar favoravelmente à execução dos créditos orçamentários.

A matéria já foi motivo de controvérsia na comissão. O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) manifestou-se contra a aprovação daqueles créditos, alegando que, no momento em que o país corta gastos orçamentários e promove um rigoroso ajuste fiscal, não ficaria bem para a comissão aprovar a liberação de tais recursos.

O outro item da pauta da comissão é o projeto de lei que abre crédito especial, no valor de R\$ 600 mil, para a Justiça do Distrito Federal. O relator da matéria, deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), deu parecer favorável, alegando que os recursos servirão para a construção do depósito público de Brasília, que armazenará e guardará os bens apreendidos pela Justiça. Os créditos servirão também, segundo o deputado, para o funcionamento do arquivo central, que tem por finalidade a guarda e a conservação dos procedimentos administrativos e judiciais. Segundo o relator, esses créditos estão compatíveis com o Plano Plurianual.

ACM recebe delegação da Coreia do Sul

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência ontem o embaixador da Coreia do Sul, Won Young Lee, e o diretor da Kia Motors, Kyung Soo Lee.



Hartung sugere consórcios municipais de saneamento

Projeto apresentado pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES) procura resolver um problema que os municípios vêm enfrentando quando querem se unir para oferecer serviços de abastecimento de água e de esgotos às suas populações. A proposta prevê a formação de consórcios municipais, inclusive com a participação do governo estadual.

Pela Constituição, a concessão desses serviços compete aos municípios, exceto nas regiões metropolitanas, onde se prevê a presença dos governos estaduais. O projeto de Hartung define com clareza como e onde cada ente da Federação deve participar e como isso deve ser feito legalmente, eliminando os conflitos de competên-

cia existentes.

A proposta de Paulo Hartung estabelece que os estados serão responsáveis pela concessão dos serviços de água e de tratamento e lançamento de esgotos que beneficiem dois ou mais municípios que não integrem regiões metropolitanas. E mais: fica assegurada a competência estadual em matéria de produção e tratamento de esgotos na hipótese de atender a municípios que não tenham capacidade para isso.

A proposta de Hartung se baseia em sugestões de especialistas do BNDES e da Caixa Econômica Federal, em um projeto apresentado há quase três anos pelo senador licenciado José Serra e em sua experiência como prefeito de Vitória (ES).



Valor dos créditos que serão analisados pela Comissão Mista de Orçamento é de R\$ 4,2 milhões

João Alberto conclui dois relatórios setoriais

Textos que serão apresentados aos demais senadores da comissão tratam da venda de dólares a preços favorecidos aos bancos Marka e FonteCindam e de empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil à construtora Encol



O relator da CPI do Sistema Financeiro, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), informou que se encontram prontos dois dos relatórios setoriais que pretende apresentar aos senadores da comissão de inquérito. Eles tratam da venda de dólares pelo Banco Central, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam e da concessão de empréstimos do Banco do Brasil à construtora Encol.

João Alberto quer apresentar os relatórios setoriais aos outros senadores nos próximos dias, durante reunião na qual se decidirá como serão os trabalhos até o final da CPI, marcado para o dia 30 de abril.

No relatório parcial sobre a venda dos dólares, o senador pretende responsabilizar pela operação a então diretoria do Banco Central, de meados de janeiro deste ano, presidida pelo economista Francisco Lopes, a qual teria provocado prejuízos elevados ao BC. O relator propõe ainda que também sejam

João Alberto terá encontro na próxima semana com o deputado Delfim Netto



responsabilizados pelo negócio os ex-administradores do Marka, Alberto Salvatore Cacciola, e do FonteCindam.

De acordo com João Alberto, caberá ao Ministério Público decidir que crimes os ex-administradores cometeram e iniciar processo na Justiça objetivando o ressarcimento dos prejuízos do Banco Central.

No encontro previsto para os próximos dias, os senadores da CPI do Sistema Financeiro decidirão ainda se ouvirão novos depoimentos. De qualquer forma, João Alberto deve se encontrar

na quarta-feira com o deputado e ex-ministro Delfim Netto, quando ouvirá suas opiniões sobre mudanças legislativas que a CPI vem discutindo, inclusive limites para as operações do BC com o mercado financeiro.

O objetivo das mudanças em discussão é evitar a repetição de casos como os dos bancos Marka e FonteCindam, que não teriam sido comunicados nem ao ministro da Fazenda e nem ao presidente da República, apesar dos riscos de quebra de sistema financeiro.

Bancada nordestina leva suas sugestões à Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza



A Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, que esteve em visita aos estados de Pernambuco, Alagoas e Ceará, recebeu ontem, em Fortaleza, relatório elaborado pela bancada nordestina no Congresso Nacional que contém análises e sugestões de obras e projetos hídricos para a região. O documento deverá ser divulgado, em âmbito nacional, pelo presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP).

Ontem, às 10h, a comissão, presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), promoveu uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Ceará. Senadores, deputados federais e estaduais e vereadores debateram, entre as várias propostas analisadas para o combate à pobreza, a transposição do rio São Francisco, o incremento de polí-



Maguito Vilela participou de audiência pública

ticas voltadas para a agro-indústria e a criação de um programa de renda mínima para a região.

A comissão, criada a partir de proposta da senadora Marina Silva (PT-AC), apresenta na semana que vem, aos plenários do Senado e da Câmara, o relatório da viagem com as conclusões sobre a visita às regiões mais pobres nos três estados nordestinos.



Fernando Cesar Mesquita conversa com o presidente da Associação Nacional de Jornais, Paulo Cabral, no programa *Entrevista Especial*

Cabral fala à TV Senado sobre 75 anos dos Diários Associados

Em entrevista concedida aos jornalistas Fernando Cesar Mesquita e Lustosa da Costa, para o programa *Entrevista Especial*, o presidente da Associação Nacional de Jornais, Paulo Cabral de Araújo, falou de sua trajetória como homem de imprensa, dos 75 anos dos Diários Associados – que ele também preside – e lembrou fatos da vida de Assis Chateaubriand. O programa será transmitido pela TV Senado amanhã às 11h, 17h e 23h, e no domingo, às 11h e 23h.

Lembrando que iniciou sua vida na imprensa logo após ser aprovado em um concurso para locutor da emissora Ceará Rádio Clube, em 5 de fevereiro de 1939, Paulo Cabral disse que foi o primeiro radialista cearense, e talvez brasileiro, a ser eleito pelo voto popular para um cargo executivo, no caso o de prefeito de Fortaleza. Ele estava com 28 anos quando assumiu o cargo.

– Foi o rádio que abriu para mim as portas do pequeno sucesso que obtive na minha vida profissional e empresarial. A minha popularidade no Ceará se deve a participações que tive em campanhas de caráter humanitário que fizeram sucesso du-

rante vários anos, principalmente o Natal e o São João dos Lázaros – revelou Paulo Cabral.

Paulo Cabral testemunhou, nos 55 anos em que integra os Diários Associados (ele entrou em 1944, quando a Ceará Rádio Clube foi comprada por Chateaubriand), grandes vitórias e momentos de extrema dificuldade. Ele recordou que a fase mais difícil a que assistiu foi em 1980, quando o presidente João Figueiredo cassou a concessão das sete principais emissoras de televisão do grupo.

Entre as várias histórias que Paulo Cabral recordou de Chateaubriand na entrevista à TV Senado, está a ousadia do fundador dos Diários Associados em transmitir programas de televisão. Cabral disse que a primeira transmissão foi feita pela Tupi de São Paulo.

– O Chatô cometeu um ato da mais extrema ousadia, porque não havia receptores. A RCA não queria vender a ele o transmissor, achavam que o Brasil não tinha mercado. Chateaubriand teve que comprar e trazer 200 aparelhos receptores para que as imagens da TV pudessem ser vistas – comentou.

Tebet prevê conclusão em novembro



O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), está confiante em que o encerramento dos trabalhos da CPI se dará dentro do prazo previsto – 30 de novembro.

– É claro que, se precisarmos de mais tempo, teremos que prorrogar o prazo, mas acredito que tudo estará concluído até o fim de novembro – disse Tebet.

No próximo dia 19, o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), fará a leitura dos relatórios de três casos in-

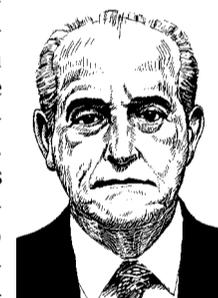
vestigados pela CPI: irregularidades ocorridas no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro; arbitrariedades nas adoções internacionais de crianças em Jundiá (SP); e falsificação de alvarás de soltura no Tribunal de Justiça do Amazonas.

Paulo Souto prefere que as conclusões de seus relatórios sejam de conhecimento público apenas no ato da leitura aos membros da comissão. Ele explicou que, embora os três relatórios sejam peças conclusivas, irão compor mais tarde o rela-

tório final contendo todos os nove casos investigados pela comissão. A forma definitiva dos relatórios específicos e do relatório final vai depender dos debates e votações pelos membros da CPI.

Também no dia 19, será ouvido o juiz de direito José Geraldo da Rocha Barros Palmeira, que foi reintegrado ao cargo por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça.

Ele é acusado de irregularidades em Mato Grosso.



Ramez Tebet

Coral do Senado apresenta-se em festival

O Coral do Senado vai se apresentar hoje no II Festival de Coros, promovido pelo Sesc. Com entrada franca, o festival terá a participação de 12 grupos vocais de Brasília e a programação vai do erudito ao popular, incluído a música sacra e folclórica.

Além do Coral do Senado, estão convidados, entre outros, o grupo do Clube Internacional de Brasília, o coral infanto-juvenil Mokiti Okada, o coral da Universidade Católica de Brasília e o Madrigal Bach-Roco, sob a regência do maestro Wander Oliveira. Hoje e amanhã, as apresentações vão acontecer às 20h, e no domingo, às 19h30, no auditório do Sesc que fica na 504 Sul.



O Coral do Senado participa de evento junto com 12 outros grupos vocais de Brasília, cujo repertório vai do erudito ao folclórico

Governo prepara projeto de estímulo ao cinema

Anúncio foi feito ontem pelo secretário de Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura, durante audiência pública da subcomissão do Senado. Idéia é aproveitar bom momento vivido pelas produções brasileiras

O Ministério da Cultura está elaborando um anteprojeto de lei para estabelecer novas políticas de estímulo à produção e comercialização do cinema nacional. O anúncio foi feito ontem de manhã pelo secretário para o Desenvolvimento Audiovisual do ministério, José Álvaro Moisés, durante sua exposição na Subcomissão do Cinema Brasileiro.

A intenção do governo, segundo o secretário, é aproveitar o bom momento do cinema brasileiro para instituir medidas de estímulo à produção nacional que coloquem o setor em condições de enfrentar a concorrência norte-americana, além de estabelecer mecanismos que facilitem a comercialização dos filmes:

— Embora não adotemos uma posição xenófoba, não devemos aceitar de forma passiva o avassalador predomínio do cinema norte-americano no país, pois isto representa uma ameaça à cultura nacional, que é uma das bases da democracia — justificou José Álvaro Moisés.

Uma das propostas do ministério é estender a duração da Lei do Audiovisual, que expiraria em 2003, por mais 20 anos. A lei, que instituiu incentivos fiscais para as empresas que investirem no setor, está apenas começando a mostrar seus resultados, explicou o secretário. Ele disse ainda que não vê sentido em acabar com esse instrumento, uma vez que a parcela de renúncia fiscal é muito pequena (cerca de 1%).

Outra medida visa controlar, através de registro obrigatório, os produtos audiovisuais importados pelas empresas nacionais ou estrangeiras que funcionam no Brasil. Segundo o secretário, além de um desequilíbrio acentuado da balança comercial — importa-se algo em torno de US\$ 700 milhões e exporta-se menos de US\$ 38 milhões —, o país convive com uma evasão de US\$ 7 milhões em função da ausência de registros, principalmente da programação que chega via satélite ou pelas TVs a cabo.

O governo tenciona também criar uma contribuição compulsória de 10% sobre o valor total das remessas de lucros para o exterior das empresas distribuidoras. O recurso proveniente da contribuição seria utilizado para o desenvolvimento permanente da indústria audiovisual. Ainda é idéia do governo tornar essas empresas co-produutoras do cinema nacional, com a destinação para este fim de parte do Imposto de Renda devido.

Moisés informou, ainda, que o ministério planeja redefinir a chamada “cota de tela” — que consiste na obrigatoriedade de as salas exibirem produções nacionais por um número mínimo de dias por ano —, de maneira a tornar seu cumprimento mais rigoroso. Essa cota já existe, mas não é cumprida na maioria dos cinemas. Além de punir quem não cumprir a cota, os cinemas que a excederem também serão premiados.



José Álvaro Moisés, do Ministério da Cultura: meta é atingir 10 milhões de espectadores de filmes nacionais até o ano 2002

Só 1% das salas exibem produções nacionais. Meta é chegar a 20%

Apesar da recuperação do setor cinematográfico no país, apenas 1% das salas de cinema no Brasil exibem filmes nacionais, atualmente, segundo informou o secretário de Desenvolvimento Audiovisual, José Álvaro Moisés. A intenção do governo, informou o secretário, é elevar este índice para 20% até o ano 2002. Ele comparou o dado com a época em que funcionava a antiga Embrafilme, nos anos 70, quando cerca de 35% das salas do país exibiam produções brasileiras. Nessa mesma década o número de espectadores atingiu dez milhões de pessoas ao ano e a produção chegou a 100 longas-metragens anuais. Na época, existiam 3.276 salas de cinema, informou o secretário, contra cerca de 1.100 atualmente.

Depois da extinção da Embrafilme e do Concine em 1990, no governo Collor, o Brasil chegou a produzir apenas dois filmes por ano, o que ocorreu em 1992. Hoje, contou o secretário, o país importa cerca de 350 títulos por ano, e mesmo com as leis de incentivo à cultura a previsão é de que sejam produzidos, em média, 25 filmes por ano.

Desde quando foi instituída, em 1994, a Lei do Audiovisual já conseguiu aprovar cerca de 800 projetos, com um orçamento de R\$ 300 milhões. Desse total, 80 projetos chegaram à fase final e os outros estão em andamento.

Saturnino critica critérios usados para julgar propostas

Durante a audiência pública, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) questionou os critérios adotados para a captação de recursos destinados à realização de filmes e demais projetos audiovisuais. Ele disse que “nos moldes atuais os critérios privilegiam a competência do mercado e não os méritos da obra que se quer filmar”.

Para o senador, os realizadores cinematográficos sabem que o conhecimento do mercado financeiro, e até o pagamento de taxas de intermediação ilegal, aumenta as possibilidades de captação de recursos através dos mecanismos previstos na legislação. Saturnino lamentou que aproximadamente 100 projetos de filmes já tenham sido rejeitados pelo Ministério da Cultura e admitiu que esses critérios são os principais responsáveis por essa exclusão.

O secretário para o Desenvolvimento Audiovisual admitiu que “o senador tem razão, mas apenas em parte”. Isso porque, segundo ele, várias pessoas analisam o projeto antes de apresentá-lo a uma empresa que possa financiá-lo. O que o governo poderá fazer, segundo Moisés, é regulamentar a lei de modo a impedir que os recursos captados não sejam utilizados de maneira inadequada.

Saturnino afirmou ainda que a Comissão de Cinema do Ministério da Cultura, formada por 18 membros entre representantes do Executivo e do setor cinematográfico, deveria incluir pelo menos um representante dos técnicos e artistas. No entanto, segundo o ponto de vista do secretário, a não inclusão dos representantes dos trabalhadores na Comissão de Cinema é apenas uma precaução “para evitar



Senadores e representantes do governo discutem fórmulas para estimular produções do cinema nacional: objetivo alcançado

que a comissão se torne uma arena de confrontos entre o sindicato dos técnicos e artistas com o dos produtores”.

Ainda durante os debates, Moisés encampou idéia proposta pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), para que os ginásios de esporte que hoje existem em praticamente todas as cidades do interior sejam utilizados também para a projeção de filmes nacionais. O senador lamentou que milhares de salas de exibição tenham sido fechadas no Brasil nos últimos anos. A verdade, disse ele, é que em Vitória (ES) não existem mais do que cinco cinemas de qualidade, e muitos municípios não têm nenhuma.

Camata também manifestou preocupação com a disseminação de informações através da Internet e, principalmente, das tevês a cabo, “sobretudo nesses tempos de globalização:

— Os Estados Unidos lançam um “foguetinho” de Cabo Canaveral e resolvem deixá-lo parado em cima da linha do Equador. Uma pessoa qualquer compra uma antena por R\$ 280 e pronto! São cerca de 80 filmes americanos, geralmente enlatados da pior qualidade, que ele pode assistir por mês — protestou.

José Álvaro Moisés garantiu ao senador que suas preocupações têm merecido a atenção dos governos de vários países, inclusive o Brasil. Camata solicitou que o assunto seja levado ao Itamaraty, uma vez que ele considera que essa prática, certa-

mente, será responsável por um “enorme empobrecimento da cultura brasileira”. O secretário observou que, por se tratar de uma tecnologia recente, ainda não existem mecanismos que sejam capazes de controlar a utilização desses meios.

Para Francelino, subcomissão está atingindo objetivo de suscitar debate

O relator da Subcomissão do Cinema Brasileiro da Comissão de Educação, senador Francelino Pereira (PFL-MG), afirmou ontem, durante a reunião, que os senadores estão satisfeitos com os resultados obtidos até o momento. Esta foi a segunda audiência pública da subcomissão e estiveram presentes o secretário de Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés, e integrantes do Conselho Nacional de Cinema:

— Nossa intenção é aproveitar a oportunidade de ressurgimento do cinema nacional para suscitar o debate e, mais do que isso, estabelecer o convívio entre o povo do cinema e o Congresso Nacional — afirmou Francelino, acrescentando que esta é uma forma de mostrar ao Brasil a importância do cinema para a cultura do

país. O senador esclareceu também que não existe conflito entre o que pensa o governo e o Congresso nesse campo, “apenas o Executivo tem limitações de ordem ética e os parlamentares são livres para discordar e polemizar sobre todas as questões que envolvem o setor”, salientou. Francelino disse ainda que a intenção da subcomissão é, a partir dos debates, elaborar um documento com propostas de políticas públicas de estímulo ao cinema brasileiro.

“Reconhecemos que não estamos aptos ainda a debater de forma criteriosa as várias etapas da produção, distribuição e exibição do cinema nacional, mas temos o firme propósito de aprender porque acreditamos na sua importância para nossa cultura”, concluiu o presidente da subcomissão, senador José Fogaça (PMDB-RS).

Cândido defende plano alternativo de educação

Segundo o parlamentar, proposta de entidades representativas da área educacional garante maior autonomia às escolas e universidades

“A escola de que o país precisa é aquela capaz de garantir uma educação voltada para os interesses da maioria da sociedade e que vai dos primeiros ensinamentos na creche até a universidade”, disse o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) ao defender o Plano Nacional de Educação (PNE) apresentado por entidades representativas do setor como alternativa ao plano que o governo encaminhou no ano passado ao Congresso.

Segundo o senador, a proposta das entidades educacionais, conhecida como PNE da Sociedade Brasileira em projeto de lei de iniciativa popular.



Geraldo Cândido: PNE “aprofunda exclusão de amplos setores”

leira, confere ao Estado a responsabilidade de financiamento da educação, amplia a democratização nos estabelecimentos de ensino e dá maior autonomia pedagógica às escolas e universidades. Geraldo Cândido informou que as entidades que integram o Fórum Nacional de Defesa da Educação Pública estão encaminhando um abaixo-assinado em âmbito nacional para transformar o PNE da Sociedade Brasileira em projeto de lei de iniciativa popular.

Cândido criticou a proposta do governo, que, na sua opinião, pre-

tende consolidar o neoliberalismo na área educacional, retirando da competência do Estado o financiamento da educação, centralizando decisões pedagógicas e limitando a participação democrática de alunos e professores nas decisões escolares.

— Enquanto o Ministério da Educação quer formar mão-de-obra barata para o mercado, a proposta dos setores populares é formar cidadãos para a sociedade. Enquanto o MEC quer aprofundar a exclusão de amplos setores sociais, o PNE da Sociedade Brasileira quer uma educação que prepare as pessoas para construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para o país — salientou o senador, que aproveitou para homenagear os docentes brasileiros pelo Dia do Professor, comemorado hoje.

Freitas Neto destaca trabalho da OAB no Piauí

O senador Freitas Neto (PFL-PI) prestou ontem solidariedade ao presidente da seção da Ordem dos Advogados do Brasil no Piauí (OAB-PI), Nelson Nery Costa, que vem denunciando irregularidades nos órgãos de segurança pública estadual. Nery Costa denunciou subornos, violência e tráfico de influência praticados por policiais civis e militares em postos de comando naquele estado. Segundo o senador, diversas denúncias já foram comprovadas.

— Mesmo nesse quadro grave, resta o consolo da comprovação da força da cidadania. Nelson Nery

Costa é um modelo de consciência profissional e de coragem pessoal. Resistiu às mais violentas pressões e recebeu todo tipo de ameaça. Esperamos que receba a adequada proteção federal — disse o senador.

Freitas Neto destacou a participação do Ministério Público na apuração das denúncias, assim como do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro,



Freitas Neto se solidarizou com o presidente da seccional piauiense da OAB

que esteve no Piauí para constatar a gravidade da situação, e do superintendente da Polícia Federal no Piauí, Robert Rios.

O senador relatou que esteve na quarta-feira com o ministro da Justiça, José Carlos Dias, para pedir que o governo federal mantenha o empenho na busca de uma solução para “garantir ao Piauí a volta da tranquilidade”.

Ramez Tebet reivindica ajuda prometida a Mato Grosso do Sul

Ao registrar os 22 anos de criação de Mato Grosso do Sul, completados na última segunda-feira, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou ontem do governo federal o cumprimento de promessas feitas à população, como a construção da usina termoeletrica de Corumbá e a concessão de tarifas diferenciadas para as empresas do estado na utilização do gás natural transportado pelo gasoduto Brasil-Bolívia.

O senador também protestou contra o sucateamento da ferrovia Noroeste, que foi privatizada, pedindo ao governo que “seja enérgico” com a empresa concessionária, a Novo Oeste, exigindo obediência ao contrato. Ele disse que a ferrovia é “um patrimônio histórico e cultural do estado”.

Tebet lembrou que, de acordo com a lei que criou o estado de Mato Grosso do Sul, desmembrando-o de Mato Grosso, a União deveria prestar ajuda econômica às duas unidades da Federação por dez anos, o que, segundo ele, não aconteceu.

— Essa falta do governo federal é responsável pelo atual endividamento do estado. Mato Grosso do Sul não tinha

estradas asfaltadas nem infra-estrutura quando foi criado e ainda hoje se resente desses problemas. As estradas de Mato Grosso do Sul foram feitas com recursos do Tesouro estadual — afirmou.

Tebet traçou um histórico da luta pela criação do estado de Mato Grosso do Sul e lembrou que esteve presente, no dia 11 de outubro de 1977, em Brasília, à solenidade de sanção da lei que deu origem ao estado.

— Mato Grosso do Sul vem ocupando um espaço importante na geopolítica brasileira — acrescentou o senador Ramez Tebet, que foi relator da primeira Constituição do estado.

Em seu pronunciamento, ele parabenizou o jornal *Correio do Estado* pelo editorial publicado sobre o aniversário de Mato Grosso do Sul.



Tebet: promessas do governo não foram cumpridas

Estevão quer permitir convocação de licitantes remanescentes

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto modificando a Lei de Licitações. Distribuído para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será discutido e votado em caráter terminativo, o projeto faculta à administração convocar os licitantes remanescentes no caso de o convocado não assinar o termo de contrato, não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, ou quando houver o descumprimento total da obrigação pelo contratado.

Estevão esclarece, na justificativa, que o objetivo do projeto é impedir que a administração seja obrigada a reiniciar novo processo licitatório, tendo de arcar com pesados ônus, toda vez que ocorrer a impossibilidade de convocação dos licitantes remanescentes, na hipótese de descumprimento total das obrigações pactuadas pelo vencedor.



Luiz Estevão: norma atual onera governos

Jonas sugere gestão compartilhada para setor alcooleiro

Proposta de gestão compartilhada da política do álcool e do açúcar pelo governo e produtores foi lida ontem em plenário pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). De autoria dos empresários, a proposta foi levada a recente reunião do Comitê Consultivo do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (Cima). Jonas esteve presente à reunião como integrante de um grupo de parlamentares que representa o Congresso Nacional no Cima.

Fazem parte do grupo o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e os deputados Xico Graziano (PSDB-SP), Roberto Balestra (PPB-GO), João



Jonas Pinheiro é um dos representantes do Congresso no Cima

Caldas (PMN-AL) e José Múcio Monteiro (PFL-PE).

— Talvez seja o caso de estabelecer um modelo de gestão compartilhada, com responsabilidades claramente definidas e ações bem identificadas e, sempre que possível, cronogramadas, com execução monitorada, para que se imponha um bom ritmo e um bom rumo a todo e qualquer esforço de preservação da atividade — diz o documento lido pelo senador.

Conforme os representantes do setor privado no Cima, para definir essa política devem ser levadas em conta várias questões. Entre elas, que papel o governo exercerá no setor e que medidas,

inclusive de natureza creditícia, serão adotadas para estimular ou preservar a produção e a comercialização do açúcar e do álcool.

Mesmo na ausência dessa política, têm ocorrido avanços, conforme o relato lido pelo senador. Durante a última crise de superoferta de álcool, por exemplo, o governo tomou providências para preservar a produção interna, estimulando o uso do produto e contribuindo para diminuir os estoques ao adquirir álcool para a formação de reservas estratégicas.

— Nada teria acontecido, no entanto, se não fosse a pressão exercida pela própria iniciativa privada — diz o documento, que ressalta ainda contribuições dos empresários, como a constituição da Brasil-Álcool S/A e da Bolsa do Alcool S/A, duas organizações voltadas para a melhoria das vendas e dos preços aos produtores.

Projeto de Amorim reorganiza carreira de servidores do Tesouro

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado deverá apreciar em uma de suas próximas reuniões projeto do senador Ernandes Amorim (PPB-RO) que organiza a carreira dos servidores da área de finanças e controle do Ministério da Fazenda, em exercício na Secretaria do Tesouro Nacional.

O projeto, segundo o senador, tem por objetivo ajustar a estrutura funcional e salarial dos servidores, de acordo com a política de pessoal que vem sendo implementada pelo governo, a exemplo do ocorrido com os funcionários do Banco Central, fiscais do trabalho da Previdência Social e da Secretaria da Receita Federal.

Ernandes Amorim informou que o projeto, a ser apreciado em caráter

terminativo, não aumenta despesas com pessoal e chega a extinguir 1.464 cargos de provimento efetivo de analista de finanças e controle do quadro permanente do Ministério da Fazenda que estão vagos.

Ele acrescentou que os cargos extintos serão transformados em cargos geradores do novo quadro funcional, “em montante suficiente para cobrir, com sobras, a despesa com a nova reorganização funcional”.



Amorim diz que projeto não eleva despesas

José Jorge quer incluir Eixo Litorâneo no PPA

Senador defende alteração do projeto enviado pelo governo, para que sejam contemplados investimentos nos estados do Nordeste Oriental em áreas como educação, pesquisa e infra-estrutura econômica

Quintanilha vê crescimento populacional como alerta

O nascimento na quarta-feira, em Sarajevo, do menino Adnan, designado simbolicamente o habitante de número 6 bilhões da Terra, pode representar um alerta para quebrar a insensibilidade dos países ricos em relação ao problema da fome. A afirmação partiu do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) que ressaltou ontem o papel



Quintanilha resalta papel da agricultura

da agricultura do Brasil para o enfrentamento do problema. Ele assinalou que neste momento o país ocupa uma posição de destaque ao assumir o combate à pobreza, problema que não se restringe somente ao Brasil, mas faz parte também do cenário de outros países.

— Na entrada do terceiro milênio, o Brasil de modo especial, haverá de discutir com profundidade na busca de soluções para esta questão — defendeu.

Leomar Quintanilha lamentou que no Brasil, “um país continental”, a agricultura ainda enfrente dificuldades. O senador disse que a responsabilidade pelo quadro não é dos produtores, que “quase pagam para produzir”. O parlamentar deu como exemplo a situação do estado do Tocantins, que “possui um grande potencial de crescimento, mas é prejudicado pela política equivocada de transporte do país, que privilegia os grandes centros urbanos”.

Francelino homenageia Themístocles Cavalcanti



Francelino aponta exemplo para juventude

Os cem anos de nascimento do jurista e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Themístocles Brandão Cavalcanti foram lembrados ontem pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG). “A vida e a obra de Cavalcanti sempre se confundiram com a defesa intransigente dos direitos dos cidadãos e das liberdades políticas”, lembrou.

Formado em 1922 pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, Cavalcanti entrou para a vida pública na época do movimento tenentista, tendo durante sete anos atuado como defensor dos militares punidos pelos governos Epitácio Pessoa e Ar-

thur Bernardes e dos revoltosos paulistas de 1924.

Cavalcanti participou também da comissão que elaborou a Constituição de 1934 e, antes de assumir a vaga de ministro do STF, foi consultor e procurador-geral da República. Entre suas históricas decisões como magistrado lembradas por Francelino estão o parecer contrário à cassação do registro do Partido Comunista, em 1947, e o relatório contrário ao artigo 48 da Constituição de 1967, que impedia o exercício da profissão aos profissionais liberais inscritos na Lei de Segurança Nacional. Cavalcanti também publicou trabalhos no campo do Direito e da Ciência Política.

— Rememorar a trajetória do jurista e escritor Themístocles Brandão Cavalcanti é, antes de tudo, oferecer à juventude do nosso país um exemplo a ser seguido — disse Francelino.

O conceito de eixo nacional de integração e desenvolvimento, adotado pelo Plano Plurianual 2000/2003 (PPA), representa significativo avanço como estratégia de aplicação de investimentos públicos e privados, disse ontem o senador José Jorge (PFL-PE). No entanto, observou, os dois eixos de desenvolvimento que cobrem a região nordestina contidos no PPA — o Eixo Transnordestino e o Eixo do São Francisco — não abarcam a complexidade da dinâmica espacial da região e deveriam ser complementados pelo Eixo Litorâneo do Nordeste Oriental, previsto no programa “Brasil em Ação”, mas retirado do PPA.

A proposta do senador é que as bancadas dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe analisem em conjunto os investimentos em educação, pesquisa e infra-estrutura econômica, de modo a consolidar a vocação da faixa litorânea do Nordeste Oriental, “região de produção e difusão dos produtos e serviços da nova economia, baseada

no conhecimento, que vai se firmando em todo o mundo, composta por serviços educacionais, centros de pesquisa, serviços médicos especializados, empresas de informática, consultorias, centrais de logística e distribuição e serviços turísticos, entre outros”.

Essa região, que se tornou conhecida como “Polígono do Conhecimento”, abrange uma rede de cidades próximas — Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Caruaru (PE) e Campina Grande (PB) — que concentra 66% dos grupos de pesquisa credenciados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Nordeste, disse José Jorge.

— Só em Pernambuco existem mais de dois mil professores e pesquisadores com PhD e mestrado, que captam 36% dos recursos do CNPq destinados à pesquisa no Nordeste — informou o senador, apontando que os dois eixos do PPA “submergem” Pernam-

buco, como se o Nordeste tivesse hoje “apenas duas regiões dinâmicas, polarizadas pelas áreas metropolitanas de Fortaleza e Salvador”.

Em aparte, o senador José Agripino (PFL-RN) concordou com a avaliação estratégica feita por José Jorge. A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), por sua vez, reclamou percentual

maior de recursos orçamentários de investimento para o Nordeste, pois a maior parte foi alocada pelo governo no Sudeste, região já desenvolvida. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu a necessidade de reverter o atual modelo econômico, por seus efeitos de concentração da riqueza e do poder nas regiões mais ricas, em detrimento das mais

pobres. A senadora Heloísa Helena (PT-AL), também em concordância com José Jorge, afirmou que “a região mais massacrada no PPA é o Nordeste”, quando deveria ser o inverso.



José Jorge sugere atuação conjunta

Maria do Carmo propõe cortes seletivos

As regiões Norte e Nordeste exigem tratamento diferenciado na aplicação dos recursos públicos, pois ainda necessitam da presença do Estado para se desenvolver, conforme alertou ontem em plenário a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Ela defendeu que o corte de R\$ 1,2 bilhão no Orçamento do próximo ano — anunciado pelo governo para cobrir perdas decorrentes da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a contribuição previdenciária de servidores ativos e inativos — seja feito de forma seletiva e ponderada.



Maria do Carmo pede proteção ao Nordeste

Destacando que o governo federal já admite rever o pacote de corte de gastos e aumento da carga tributária, Maria do Carmo observou que se devem encontrar alternativas para a manutenção dos recursos destinados à área social — saúde, educação, promoção da assistência social e reforma agrária — e para que as regiões mais carentes não sejam atingidas dentro de seus limitados programas.

— Precisamos olhar pelo nosso Nordeste, que não é apenas dos nordestinos, mas de todo o país, com a aten-

ção especial que ele merece. O Nordeste, infelizmente, ainda não conta com infra-estrutura sólida para atrair o capital privado. Lá, estamos lutando para mudar essa realidade — disse a senadora.

Maria do Carmo afirmou que os problemas da migração e do inchaço das metrópoles serão minorados com a redução dos desequilíbrios regionais, já que os nordestinos não mais terão que deixar sua terra em busca de melhores condições de vida.

— Contamos com uma retificação na proposta orçamentária baseada em cortes seletivos, estudados e ponderados — enfatizou.

Dutra condena dotação para TRT-SP

“Um escárnio à CPI do Judiciário.” Assim, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) classificou ontem a possibilidade de o Congresso Nacional aprovar emenda ao Orçamento da União, destinando R\$ 40 milhões para a conclusão das obras do Fórum Trabalhista de São Paulo. O presidente do Tribunal Regional do Trabalho paulista estaria no Congresso Nacional, segundo o senador, visitando parlamentares daquele estado para convencê-los a apresentar emenda nesse sentido.

Dutra afirmou ter lido com satisfação, na edição de ontem do *Jornal do Senado*, a afirmação do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, de que “seria uma temeridade colocar no Orçamento da União recursos para esta obra, que hoje é o maior símbolo de corrupção no Brasil”.

O senador por Sergipe aplaudiu também declaração do deputado Antonio

Palocci (PT-SP), de que de forma alguma subscreveria uma emenda como essa. “Eu acredito, inclusive, que essa será a posição de toda a bancada do Partido dos Trabalhadores em São Paulo”, comentou Dutra.

Dos oito casos que a CPI do Judiciário está investigando, a construção do prédio do TRT de São Paulo é, segundo Dutra, o que tem o maior volume de documentos e de informações apontando o desvio de recursos públicos. O senador concorda que “obra cara é a obra inacabada e que mais cedo ou mais tarde o poder público terá que tomar uma decisão a respeito daquele esqueleto que está lá”.

— Mas o fato é que, no momento em que a CPI ainda está concluindo suas investigações, para encaminhá-las ao Ministério Público, se o Congresso Nacio-

nal aprovar qualquer destinação de recursos para aquela obra, estará desmoralizando a própria CPI. É óbvio que a bancada paulista tem toda autonomia para apresentar a emenda que quiser, mas eu, como membro da CPI do Judiciário, quero antecipar a minha opinião contrária — disse Dutra.

O senador manifestou sua esperança de que a Justiça brasileira terá elementos para retomar parte dos recursos desviados, que representariam mais que os R\$ 40 milhões que o presidente do Tribunal considera suficientes para concluir a obra. “É necessário que a Justiça brasileira arrecade de volta do juiz

Nicolau, de Fábio Monteiro de Barros e dos seus sócios, sejam eles quem forem, esse dinheiro do povo brasileiro”, afirmou José Eduardo Dutra.



Dutra espera que recursos sejam recuperados

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Hidroginástica
7h30 — *Especial Unip* — Drogas e impotência sexual
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — Senador Luiz Estevão fala sobre cortes de verbas para o Distrito Federal
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Sessão Plenária* (ao vivo)
12h30 — *Entrevista* — O senador Maguito Vilela fala sobre o combate à pobreza e a fome

13h — *Cores do Brasil* — Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Alagoas
13h30 — *Debate* — Senador Luiz Otávio e coordenador da RENCIAS, Dener Giovannini, falam sobre o tráfico de animais silvestres
14h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)
19h — *Fala Cidadão*
19h30 — *Consulta Marcada*
20h30 — *Entrevista* — Senador Luiz Estevão fala sobre cortes de verbas para o Distrito Federal
21h — *Jornal do Senado*
21h25 — *Senado em Pauta*
21h30 — *Consulta Marcada*
22h30 — *Síntese* — Meio Ambiente (2ª parte)
23h30 — Filme — *Independência ou Morte* (direção: Carlos Coimbra)

Valadares consulta TSE a respeito de boca-de-urna

Com base na lei, sancionada no último dia 28, que trata da corrupção eleitoral, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou que está enviando consulta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para saber se a arregimentação, mediante pagamento, de pessoas para trabalharem na boca-de-urna caracteriza "captação de sufrágio", estando sujeita a penalidades previstas na lei. A lei, proposta pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com mais de um milhão de assinaturas, proíbe a doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza. O senador argumenta que, apesar de o Código Eleitoral garantir a liberdade de expressão, é preciso que a lei discipline esse direito, para que seja praticada de forma cristalina. Em sua opinião, a boca-de-urna se caracteriza pelo abuso desse postulado, "mediante o uso de um artifício que na prática representa um grande instrumento para a compra de votos em massa".

Valadares disse que a boca-de-urna é uma artimanha utilizada pelos candidatos de maior poder aquisitivo "para disfarçar a efetiva e vergonhosa compra de votos".

— A presença massiva no dia da eleição de milhares de pessoas fazendo boca-de-urna dá a impressão aos eleitores incautos de que o candidato, que tem tantos militantes do seu lado, já está antecipadamente vitorioso. Tal fato influencia ou induz o eleitor a se convencer do prestígio desse candidato, muitas vezes ancorado no seu poderio econômico — afirmou.



Na opinião de Valadares, boca-de-urna favorece os candidatos com poder econômico

Álvaro Dias propõe mudança do perfil da dívida pública

Considerando o endividamento "o maior drama brasileiro", senador afirma que governo deve buscar prazos mais longos para pagar débitos

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) cobrou do governo uma ação enérgica no combate ao crescimento da dívida pública brasileira, sob pena de o país ter de volta o fantasma da inflação. Em discurso feito ontem, ele aconselhou o governo a buscar a melhoria do perfil da dívida, reorganizar o pagamento dos débitos, com prazos mais longos, e não permitir que estados e municípios se endividem de forma irresponsável.

— O governo perdeu o rumo e não está sabendo encontrar uma saída para um dos problemas mais graves deste país: a dívida pública. Como consequência, a economia não cresceu, o desemprego aumentou, a miséria se avoluma e os investidores estrangeiros se afastaram —



Para Álvaro, a dívida pública é "a matriz de todos os problemas"

afirmou Álvaro Dias.

Para o senador, a dívida pública brasileira é responsável pelos altos juros praticados hoje no país, o que, a seu ver, inviabiliza o setor produtivo. O empresário, segundo ele, fica impotente para realizar novos investimentos já que também sofre com a pesada carga tributária, cujas raízes Álvaro Dias atribui à "ausência de uma política de combate ao crescente endividamento público".

Álvaro Dias entende que é o momento de o governo e o Congresso darem um basta ao endividamento público, que ele considera "o maior drama brasileiro e a matriz de todos os nossos problemas". E manifestou-se a favor de punições contra os governantes que gastam recursos de forma irresponsável, endividando ain-

da mais estados e municípios.

Depois de voltar a defender a aprovação de novos empréstimos para estados e municípios e a rolagem de suas respectivas dívidas somente com a aprovação de dois terços dos senadores, Álvaro Dias afirmou que a situação é tão grave que o próprio Banco Mundial aconselhou o Brasil "a deixar os estados quebrarem".

O senador leu trechos de reportagem, publicada pelo *Jornal do Brasil*, segundo a qual "o Bird acredita que o país só vai resolver seus problemas fiscais no dia em que o governo federal deixar um estado dar um calote em seus credores, em vez de bancar a dívida feita pelos governadores".

"As recomendações do Bird bem demonstram a gravidade de nossa situação", observou o senador, acrescentando que o Paraná, "que no passado era considerado um paradigma, é o mais inadimplente dos estados e registra o maior crescimento da dívida pública".

Romero Jucá destaca pacote de redução de juros

As medidas anunciadas ontem pelo presidente da República representam "uma pequena revolução financeira" e permitirão que o país retome as condições para se desenvolver economicamente devido ao impacto positivo que elas terão sobre as taxas de juros finais, disse o senador Romero Jucá (PSDB-RR), referindo-se ao anúncio do pacote destinado a reduzir os juros para o consumidor final.

Do conjunto de decisões, divulgadas sob a forma de uma medida provisória e várias portarias do Ministério da Fazenda e do Banco Central, o senador salientou a redução, de 6% para 1,5%, da cobrança do Imposto sobre Opera-

ções Financeiras (IOF) nas operações de créditos, a redução dos depósitos compulsórios exigidos pelo Banco Central e a criação da Cédula de Crédito Bancário.

Na avaliação de Jucá, o pacote será altamente benéfico para o setor produtivo e para as pessoas físicas de modo geral, uma vez que, tanto para as empresas como para os indivíduos, a progressiva redução das taxas referenciais de juros vinha tendo pequeno efeito



Jucá acha que medidas representam "pequena revolução financeira"

nos juros cobrados pelo sistema financeiro dos tomadores finais.

Outras decisões divulgadas na mesma solenidade, conforme Romero Jucá, tornarão as operações bancárias mais transparentes para os usuários e promoverão maior concorrência no setor financeiro, contribuindo para que os clientes tenham melhores informações sobre as instituições em que decidirem manter contas correntes.

Casildo Maldaner condena clientelismo no Orçamento

No momento em que o Congresso Nacional discute o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento para o ano 2000, é preciso abdicar dos "inócuos procedimentos clientelistas" e, em parceria com o Poder Executivo, fortalecer o planejamento das ações de governo, disse ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

— Se fizermos menos e mesmo pouco, mas garantirmos que todos os planos sejam cumpridos, estaremos dando o melhor passo possível para restaurar a credibilidade do plane-

jamento nacional — argumentou.

O senador salientou que, no modelo proposto pelo governo em relação ao PPA, o planejamento estratégico nacional abrange, além das ações de governo, o engajamento da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. Para que o plano tenha confiabilidade, opinou, a distância entre as ações planejadas e a sua concretização deve ser reduzida.

Razões qualitativas e quantitativas, na opinião do senador, estariam na origem da falta de confiabilidade que tem caracterizado os planos na-

cionais. Entre as qualitativas, ele salientou a existência de grande número de obras inacabadas, objeto de comissão parlamentar especial da qual ele foi relator.

Quanto às razões quantitativas, apontou "as constantes reduções dos orçamentos aprovados, quando de sua execução, por meio do já conhecido e execrado recurso do contingenciamento, as quais ocasionam atrasos e perda de qualidade e eficiência da ação pública em todas as áreas de atuação".



Maldaner quer fortalecer ações do governo



Embora elogiando os avanços obtidos, Alcântara diz que ainda há muito a fazer

Alcântara elogia política do governo para o idoso

As iniciativas do governo em favor de uma melhor qualidade de vida para os idosos foram elogiadas pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para quem a Política Nacional do Idoso, regulamentada em 1996, já está gerando resultados positivos, principalmente na área da saúde. Alcântara disse que o governo deu um importante passo em favor dos idosos ao elaborar o Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso — um conjunto de ações públicas destinadas a assegurar aos mais velhos os direitos sociais e a criar oportunidades para que eles tenham autonomia, integração e maior participação na sociedade. O senador reconheceu, no entanto, que ainda falta muita coisa para os idosos brasileiros passarem a ter uma existência digna.

Entre as ações do governo elogiadas por Alcântara, estão a vacinação em massa contra a gripe, a elaboração do Programa de Atenção Integral à Saúde do Idoso, o atendimento não-asilar e a decisão do Ministério da Saúde de obrigar os hospitais conveniados a custear as despesas dos acompanhantes de pacientes com mais de 60 anos de idade, internados na rede do SUS.

O senador elogiou, ainda, a criação do calendário para a Campanha Nacional de Cirurgias Eletivas, que, conforme informou, terá investimentos no valor de R\$ 36 milhões com o objetivo de dobrar o número de cirurgias de catarata, hérnia inguinal e próstata.

— É com muita satisfação que enalteço as ações do governo destinadas à terceira idade, justamente no Ano Internacional do Idoso — disse Lúcio Alcântara, acrescentando que "não há governo sério e comprometido com o futuro que possa deixar de examinar a questão do envelhecimento da sua população com a antecedência que todo planejamento governamental exige".